

HABEAS CORPUS Nº 472.394 - SP (2018/0259395-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : SERGIO LUIS MINUSSI
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUSTAVO ACACIO BENEDITO RIBEIRO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GUSTAVO ACACIO BENEDITO RIBEIRO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que denegou o *writ* de origem.

O acórdão do Tribunal *a quo* tem a seguinte ementa (fl. 134):

HABEAS CORPUS - ARTIGO 33, DA LEI Nº 11.343/06 - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE - DECISÃO FUNDAMENTADA - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. ORDEM DENEGADA.

O impetrante requer a revogação da prisão preventiva, com a alegação de ilegalidade do decreto prisional ante a ausência de seus requisitos autorizadores, ou, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, elencadas no artigo 319, do CPP.

O paciente foi condenado pela prática do crime tipificado no artigo 33 da Lei n 11.343/2006.

A liminar foi deferida.

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público foi pela concessão da ordem, determinando-se a aplicação das medidas cautelares diversas já estabelecidas no julgamento do pedido de liminar.

Na origem, processo n. 1500104-92.2018.8.26.0613, foi prolatada sentença condenatória em 6/12/2018, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 11/2/2019.

É o relatório.

DECIDO.

O impetrante requer a revogação da prisão preventiva, com a alegação de ilegalidade do decreto prisional ante a ausência de seus requisitos autorizadores, ou, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, elencadas no artigo 319, do CPP.

No curso deste *writ*, foi prolatada sentença condenatória que deferiu o

direito de o paciente recorrer em liberdade, tendo-se em vista a liminar deferida nesses autos, nos seguintes termos (fls. 294/295):

[...].Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, pois, conforme liminar alvitrada em sede de habeas corpus perante o Superior Tribunal de Justiça, o acusado encontra-se solto, não vislumbrando alterações no quadro fático.[...].

O decreto prisional foi assim fundamentado (fls. 76/77 - com destaques):

*[...].Passo, então, a análise da ocorrência dos pressupostos que possibilitam a eventual concessão da liberdade provisória, de ofício, a teor do artigo 310, do Código de Processo Penal. Os elementos de convicção produzidos até o presente momento processual demonstram comprovada materialidade e indícios suficientes de autoria, representados pelo boletim de ocorrência lavrado e pelos depoimentos dos policiais que efetuaram a prisão. **Consta dos autos que os policiais militares estavam em patrulhamento de rotina e, após denúncias de tráfico de drogas pelo local, resolveram abordar o autuado. Ao perceber a aproximação da viatura, o averiguado empreendeu fuga, sendo que os policiais o perseguiram e o imobilizaram.** Com o autuado foi encontrada a quantia de R\$ 659,00. Os agentes relataram que durante a perseguição viram o investigado dispensar algo e, **após a abordagem, em buscas pelo local, encontraram 24 pedra de crack.** Os policiais relataram que durante a abordagem o autuado resistiu, sendo **necessário o uso de força moderada.** Consta ainda que ele apresenta algumas escoriações e ferimentos porque se debateu muito. Diante desse cenário, a prisão preventiva mostra-se, em princípio, necessária para preservação da ordem pública ante o iminente processo que se avizinha, afigurando-se insuficientes e inadequadas ao caso, por ora, as medidas cautelares substitutivas da segregação. Ao menos até que novos elementos de cognição sejam trazidos à tona, o que será objeto de nova deliberação oportunamente. Como ensina o Des. Guilherme Souza Nucci, pela garantia da ordem pública se entende: [...]. De igual teor o magistério de Basileu Garcia: [...]. Acresce dizer, ainda, que condições pessoais favoráveis não são características exigidas pela lei para a concessão de liberdade provisória. Esse o entendimento do Supremo Tribunal Federal: [...]. Embora a prisão provisória seja uma medida extrema, certo é que em casos excepcionais, como o dos autos em que desponta a gravidade concreta do crime -, a ordem pública prevalece sobre a liberdade individual. Anoto que a preservação da ordem pública não se restringe às medidas preventivas do surgimento de conflitos e tumultos, da reiteração da conduta delitiva, mas abrange também a promoção das*

providências de resguardo à integridade das instituições, à sua credibilidade social e o aumento da confiança da população nos mecanismos oficiais de repressão às diversas formas de delinquência. Trata-se, assim, de uma forma de proporcionar ao Estado a efetiva aplicação da lei penal. É medida de rigor, portanto, a segregação acautelatória para a garantia da ordem pública, em cujo conceito se insere tanto a prevenção da reprodução de fatos criminosos como o próprio acautelamento do corpo social. Assim, a medida extrema evitará a prática de novos delitos por parte do réu, que já ostenta registros criminais anteriores. Reporto-me, no mais, como razão de decidir, aos fundamentos fáticos e jurídicos constantes da bem lançada manifestação ministerial retro. Por fim, no tocante ao suposto quadro de agressão noticiado pelo autuado, a princípio e, nesta fase embrionário do futuro processo criminal que se aproxima, não se verifica irregularidade na conduta dos policiais militares, que narram de fôrma segura a suposta resistência por parte do autuado e necessidade de uso moderado da força para a execução do ato questionado. No mais, as lesões apresentadas pelo autuado são compatíveis com a narrativa apresentada pelos policiais. Ante o exposto, CONVERTO A PRISÃO DECORRENTE DE FLAGRANTE EM PREVENTIVA de GUSTAVO ACACIO BENEDITO RIBEIRO, com fundamento no artigo 312 do Código de Processo Penal, visando a garantia da ordem pública, da aplicação da lei penal e da segurança da vítima.[...].

Como já adiantado no exame da liminar, consta do decreto prisional fundamentação concreta, evidenciada na reiteração delitiva, pois o paciente *já ostenta registros criminais anteriores*. Contudo, ao analisar as circunstâncias do caso, verifica-se que, embora o decreto prisional indique fundamento concreto, os riscos apontados não exigem tão gravosa cautelar como a prisão, pois nada consta da folha de antecedentes do paciente (fls. 129/190) e a quantidade de droga apreendida não se revela expressiva, tratando-se de 6,5 gramas de *crack* (fl. 67).

Assim, para evitar o risco de reiteração delitiva, suficiente é a imposição das seguintes medidas cautelares penais diversas da prisão processual: (a) apresentação a cada dois meses, para verificar a manutenção da inexistência de riscos ao processo e à sociedade; (b) proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial, vinculando a acusada ao processo; e (c) proibição de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico e outras atividades criminosas, como garantia à instrução e proteção contra à reiteração criminosa; tudo isso sem prejuízo de eventual fixação de outras medidas cautelares pelo Juízo de origem, desde que devidamente

fundamentadas, além da decretação da prisão, com fundamento exclusivo em fatos novos.

Ante o exposto, concedo a ordem de *habeas corpus* para a soltura do paciente GUSTAVO ACACIO BENEDITO RIBEIRO, a fim de determinar o cumprimento das medidas cautelares de apresentação a cada dois meses, proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial, e proibição de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico de drogas e outras atividades criminosas; o que não impede a fixação de outras medidas cautelares diversas da prisão, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator